

Adusp

Defender a valorização do trabalho acadêmico é defender a universidade Chega de arrocho salarial

Professora(e)s e funcionária(o)s da Unesp, Unicamp e USP estão sem reajuste salarial desde 2019. Em comparação com o poder aquisitivo dos salários em 2008, a desvalorização é da ordem de 30%.

Maió é o mês da data-base das três universidades. A **pauta de reivindicações** é construída por docentes, estudantes e funcionária(o)s, a partir das discussões em suas assembleias, e é, depois disso, apresentada ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP).

Essas reivindicações foram enviadas em abril ao CRUESP e são, resumidamente:

1. reajuste salarial que compense as perdas inflacionárias dos últimos dois anos, o que corresponde a um reajuste em torno de 8%;
2. valorização dos níveis iniciais das carreiras;
3. estabelecimento de um plano de reposição das perdas salariais acumuladas;
4. construção de um **Plano Sanitário e Educacional** com a participação de toda a comunidade acadêmica, tendo como diretrizes a garantia de condições adequadas para quem realiza atividades presenciais e para o exercício das atividades remotas, definição de estratégias de recuperação para estudantes que não puderam ou encontraram dificuldades para acompanhar o ensino remoto emergencial, entre outras.

Apesar de várias solicitações para que ocorresse uma reunião de negociação, não obtivemos resposta. Por isso, a Adusp (Associação de Docentes da USP), entidade que representa a categoria docente, passou a discutir a possibilidade de deflagrar uma greve. Em seguida, curiosamente, o CRUESP agendou para 10/6 uma reunião com o Fórum das Seis (coletivo que congrega as entidades representativas de docentes, funcionária(o)s e estudantes das três universidades e do Centro Paula Souza), após nossas reivindicações serem ignoradas por mais de dois meses!

Nesta reunião, os reitores se valeram de argumentos jurídicos e da **Lei Complementar 173/2020** como justificativa para a não reposição imediata das perdas dos últimos dois anos. A única concessão foi o compromisso de formar um grupo de trabalho para buscar uma proposta de plano de reposição das perdas salariais e valorização dos níveis iniciais da carreira, bem como discutir um plano sanitário e educacional. Ficou marcada nova reunião de negociação para 15 de julho. A reitoria da Unesp garantiu que repassará a partir de janeiro de 2022, 3% de reajuste a docentes e funcionária(o)s da Unesp, para reparar a quebra de isonomia causada pela concessão, há alguns anos, desse reajuste para Unicamp e USP.

Importante dizer que não há entraves para a concessão de reajuste imediato pois o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo já decidiu que as universidades não precisam se submeter à LC173.

Há, ao contrário, plenas condições para negociação e para atender às necessidades de permanência estudantil.

A Unesp, Unicamp e USP recebem 9,57% da parte da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que permanece no estado, cerca de 75% (os outros 25% são destinados aos municípios). Contudo, o governo do estado desconta do cálculo vários itens destes 75% da arrecadação do ICMS, diminuindo o valor destinado às universidades. Essa forma de financiamento é definida anualmente pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, quando da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Hoje, as três universidades têm condições de promover um processo de negociação das reivindicações salariais, já que os gastos com salários não chegam a 75% do que é destinado à universidade pelo governo do estado, 10% abaixo do percentual, considerado indicador de comprometimento com salários pelos conselhos universitários (85%).

A USP também tem condições (e já tinha no ano passado) para reformar os blocos de moradia do CRUSP de modo a garantir condições adequadas para quem lá reside e para construir mecanismos efetivos de acolhimento e de atendimento psicológico às e aos estudantes que necessitem.

Ao contrário disso, assistimos à precarização das condições de trabalho, ao descaso para com a permanência de estudantes na universidade, ao fechamento de creches, ao sucateamento do Hospital Universitário e ao arrocho salarial são impostos por sucessivas reitorias, em especial pelas duas últimas gestões, que se recusam a adotar o diálogo e a negociação.

A defesa da democracia feita pela reitoria é apenas retórica, pois não a garante na própria USP. A estrutura dos órgãos colegiados da universidade permite que as decisões sejam tomadas unilateralmente, sem mediações, sem diálogo.

A defesa do poder aquisitivo dos salários, da carreira docente e de condições adequadas para o exercício das atividades da universidade é fundamental para a manutenção da qualidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Nunca foi tão evidente a importante contribuição das universidades públicas e dos institutos de pesquisa públicos na produção de conhecimento científico. Isso se faz por meio do trabalho de docentes, estudantes, funcionária(o)s e pesquisadora(e)s. Para que essa contribuição preserve sua qualidade é preciso que as carreiras sejam valorizadas, que haja financiamento adequado para ciência e tecnologia e que se interrompa o processo de corrosão salarial.

Lutar por melhores condições de estudo e trabalho, pela recomposição dos quadros de docentes e de funcionária(o)s e pela garantia de permanência estudantil é defender a universidade pública e fazer prevalecer sua função social.

A assembleia da Adusp conclama, portanto, docentes, estudantes e funcionária(o)s para a realização de uma plenária na USP, a partir de plenárias conjuntas nas unidades, para discutir formas de lutar por nossas pautas:

- Defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada.
- Contra a descaracterização da universidade pública.
- Por melhores condições de estudo e trabalho.
- Pela garantia de permanência estudantil efetiva.
- Pela recomposição do quadro docente e de funcionária(o)s.
- Pela construção do plano sanitário e educacional.